



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 71, DE 2019

Altera o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer a competência da Comissão de Assuntos Econômicos para opinar sobre os aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que tratem da criação de novos tipos penais, aumentem a pena cominada ou tornem mais rigorosa a execução da pena, considerando a quantidade de vagas existentes no sistema prisional.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Altera o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, para estabelecer a competência da Comissão de Assuntos Econômicos para opinar sobre os aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que tratem da criação de novos tipos penais, aumentem a pena cominada ou tornem mais rigorosa a execução da pena, considerando a quantidade de vagas existentes no sistema prisional.



SF/19505.80984-05

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** O art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 99.....

.....

VIII - aspecto econômico e financeiro de matérias que tratem da criação de novos tipos penais, aumentem a pena cominada ao crime ou tornem mais rigorosa a execução da pena, considerando a quantidade de vagas necessárias no sistema prisional.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Resolução do Senado trata de proposta sugerida pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e tem por objetivo enfrentar algumas das causas do encarceramento em massa no Brasil.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

A análise de impacto legislativo é uma prática reconhecida internacionalmente e recomendada pela Comissão Europeia para produção de legislações mais eficientes. Em seu programa *Better Regulation* (“Melhor Regulação”), a Comissão instituiu uma ferramenta chamada *Impact Assessment* (“Avaliação de Impacto”), que inclui uma série de perguntas a serem respondidas para que o legislador pense de forma mais aprofundada nas consequências das alterações legislativas propostas ou aprovadas por eles.

Um estudo realizado pela Associação Latino-americana de Direito Penal e Criminologia identificou até o ano de 2015 1.688 hipóteses de criminalização primária distribuídas pelo Código Penal e dezenas de outras leis especiais. Desde a promulgação da Constituição da República de 1988 até o mês de agosto de 2015, foram editadas 77 leis ordinárias e complementares criando novos tipos penais.

Para responder ao problema da expansão do direito penal, alguns autores já chamaram a atenção para a necessidade de uma Análise de Impacto Prisional, ou, nas palavras de Salo de Carvalho, um Estudo Prévio de Impacto Político-Criminal:

Em termos macropolíticos, portanto, importante apontar para a exigência de Estudo Prévio de Impacto Político-Criminal nos projetos de lei que versem sobre matéria penal, mormente daqueles criminalizadores ou diversificadores. O Estudo Prévio de Impacto Político-Criminal não apenas vincularia o projeto à necessidade de investigação das consequências da nova lei no âmbito da administração da Justiça Criminal (esferas Judiciais e Executivas), mas exigiria exposição da dotação orçamentária para sua implementação.

O criminólogo holandês Louk Hulsman ressalta a importância dessa análise para estimar o impacto econômico das novas legislações penais, observando que em outras matérias essa prática já é recorrente e bem estabelecida:

Quando se introduzem novas medidas legislativas, deve-se geralmente indicar os meios que serão utilizados para financiá-los. [...] Na medida em que as dificuldades orçamentárias se tornam mais graves, a pressão para maior criminalização se torna mais forte. Porque a criminalização permite adiar os custos” (“Descriminalização”, *in* Revista de Direito Penal, no 9/1973).

Carolina Costa Ferreira, em sua recente tese de doutorado sobre o tema, concluiu, analisando a tramitação de propostas legislativas de cunho penal no Congresso Nacional, que há “pouco uso de argumentos econômicos e orçamentários para a discussão de alterações estruturais na execução penal brasileira”.

Em 2016, na Câmara dos Deputados, os Deputados Wadih Damous e Chico Alencar propuseram o Projeto de Lei nº 4.373 que “estabelece a necessidade de



SF/19505.80984-05



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

análise prévia do impacto social e orçamentário das propostas legislativas que tratam de criação de novos tipos penais, aumento de pena ou que tornem mais rigorosa a execução da pena” e cria um Conselho de Análise de Impacto Social.

No âmbito do Senado Federal, entendemos que a matéria em questão deve ser regulada por meio de Resolução, com alteração do Regimento Interno, determinando que a Comissão de Assuntos Econômicos opine sobre os aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que tratem da criação de novos tipos penais, aumentem a pena cominada ou tornem mais rigorosa a execução da pena, considerando a quantidade de vagas existentes no sistema prisional.

Convicto de que esta iniciativa constitui mais uma medida para resolver o problema de superlotação no sistema penitenciário brasileiro, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

**Senador ROGÉRIO CARVALHO**  
**PT/SE**



SF/19505.80984-05

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Resolução do Senado Federal nº 93 de 27/11/1970 - RSF-93-1970-11-27 ,  
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>
- artigo 99